

Bruxelas, 23 de abril de 2015
(OR. en)

8138/15

COPEN 93
EUROJUST 76
EJN 33

NOTA

de:	Alfonso Dastis, Embaixador e Representante Permanente, Representação Permanente de Espanha junto da União Europeia
data:	19 de março de 2015
para:	Rafael Fernández-Pita y González, Diretor-Geral, Conselho da União Europeia
Assunto:	Notificações de Espanha relativamente a diversas decisões-quadro

Excelentíssimo Senhor,

Em conformidade com o pedido apresentado pelo Ministério da Justiça do Reino de Espanha, e como resultado da adoção da Lei Orgânica 23/2014 de 20 de novembro relativa ao reconhecimento mútuo de decisões judiciais em matéria penal na União Europeia, publicada no Boletim Oficial do Estado n.º 282 de 21 de novembro de 2014, a Espanha deseja fazer as declarações anexas em relação aos seguintes atos jurídicos da União:

Decisão-Quadro 2002/584/JAI, Decisão-Quadro 2008/909/JAI, Decisão-Quadro 2008/947/JAI, Decisão-Quadro 2009/829/JAI, Diretiva 2011/99/UE, Decisão-Quadro 2003/577/JAI, Decisão-Quadro 2006/783/JAI, Decisão-Quadro 2005/214/JAI, Decisão-Quadro 2008/978/JAI, Decisão-Quadro 2009/299/JAI.

(Fórmula de cortesia)

Alfonso Dastis

DECLARAÇÕES A EFETUAR PELO ESTADO ESPANHOL COMO RESULTADO DA
ADOÇÃO DA LEI 23/2014 DE 20 DE NOVEMBRO RELATIVA AO RECONHECIMENTO
MÚTUO DE DECISÕES JUDICIAIS EM MATÉRIA PENAL NA UNIÃO EUROPEIA.

**I. Decisão-Quadro 2002/584/JAI do Conselho, de 13 de junho de 2002, relativa ao
mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros**

- Em conformidade com o artigo 34.º, n.º 2, da Decisão-Quadro, informamos que estas obrigações foram cumpridas no âmbito do título II da Lei 23/2014.
- O artigo 6.º, n.º 3, da Decisão-Quadro exige que os Estados-Membros informem o Secretariado-Geral do Conselho sobre a autoridade judiciária competente para emitir um mandado de detenção europeu. Esta disposição foi transposta pelo artigo 35.º da Lei 23/2014, que designa como competente para emitir o mandado de detenção europeu o Juiz ou Tribunal que presidiu ao processo, na medida em que esse tipo de mandado seja adequado, e designa como competente para executar o mandado de detenção europeu o Juiz de Instrução Central da Audiência Nacional. Sempre que o mandado disser respeito a um menor, é competente o Juiz do Tribunal Central Tutelar de Menores.
- O artigo 7.º, n.º 1, da Decisão-Quadro permite a designação de uma autoridade central. O artigo 6.º, n.º 3, da Lei 23/2014 prevê que o Ministério da Justiça seja a autoridade central, embora só execute as funções descritas no artigo 7.º, n.º 1, (incluindo a função estatística) e não as descritas no artigo 7.º, n.º 2.
- O artigo 25.º, n.º 2, da Decisão-Quadro exige que os Estados-Membros informem o Secretariado-Geral do Conselho sobre a designação da autoridade responsável pela receção dos pedidos de trânsito. Em conformidade, o artigo 27.º da Lei designa o Ministério da Justiça como competente para autorizar o trânsito em território espanhol das pessoas que estejam a ser transferidas.

II. Decisão-Quadro 2008/909/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças em matéria penal que imponham penas ou outras medidas privativas de liberdade para efeitos da execução dessas sentenças na União Europeia

- Em conformidade com o artigo 29.º, n.º 2, da Decisão-Quadro, informamos que estas obrigações foram cumpridas no âmbito do título III da Lei 23/2014.
- O artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro exige que os Estados-Membros informem o Secretariado-Geral do Conselho sobre a autoridade competente em conformidade com a Decisão-Quadro. O artigo 64.º da Lei 23/2014 prevê que, neste domínio, os juízes responsáveis pela execução das penas são competentes para enviar decisões que impõem penas ou outras medidas privativas de liberdade; nos casos de medidas impostas de acordo com a Lei Orgânica sobre a Responsabilidade Penal dos Menores, são competentes os juízes do Tribunal de Menores. Nos casos em que ainda não se tenha iniciado o cumprimento da pena, a autoridade competente é o Tribunal que pronunciou a sentença em primeira instância. Além disso, o Tribunal Penal Central é competente para reconhecer ou ordenar a execução de decisões que imponham penas ou medidas privativas de liberdade. Finalmente, os juízes do Tribunal Central responsáveis pela execução das penas são competentes para a execução das decisões anteriormente referidas. O Juiz do Tribunal Central Tutelar de Menores é competente no que respeita às decisões que envolvam o internamento em regime fechado de menores.
- Em conformidade com o artigo 23.º, n.º 3, da Decisão-Quadro, Espanha informa o Secretariado-Geral do Conselho que o artigo 17.º da Lei 23/2014 prevê que não é obrigatório que a decisão na qual se baseia a certidão seja recebida em versão traduzida para Espanhol, sem prejuízo da possibilidade de a autoridade judiciária solicitar a sua tradução, se considerar que a tradução é essencial para executar a decisão.

III. Decisão-Quadro 2008/947/JAI do Conselho, de 27 de novembro de 2008, respeitante à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sentenças e decisões relativas à liberdade condicional para efeitos da fiscalização das medidas de vigilância e das sanções alternativas

- Em conformidade com o artigo 25.º, n.º 2, da Decisão-Quadro, informamos que estas obrigações foram cumpridas no âmbito do título IV da Lei 23/2014.
- O artigo 3.º, n.º 1, impõe aos Estados-Membros o dever de informar o Secretariado-Geral do Conselho sobre as autoridades competentes para atuar em conformidade com a Decisão-Quadro. Por conseguinte, o artigo 95.º da Lei 23/2014 designa como competente para emitir a decisão de liberdade condicional o Juiz ou Tribunal que presidiu à execução da sentença ou decisão de liberdade condicional. Além disso, o Tribunal Penal Central é a autoridade competente para reconhecer e ordenar a execução de uma decisão relativa à liberdade condicional enviada pela autoridade competente de outro Estado-Membro da União Europeia. Sempre que a decisão de liberdade condicional disser respeito a um menor, é competente o Juiz do Tribunal Central Tutelar de Menores.
- O artigo 5.º, n.º 4, da Decisão-Quadro exige que os Estados-Membros declarem ao Secretariado-Geral do Conselho as condições em que as suas autoridades competentes, a pedido da pessoa condenada, podem consentir no envio para outro Estado-Membro (que não o Estado-Membro em que a pessoa condenada é residente habitual) de uma sentença e, se for caso disso, de uma decisão de liberdade condicional. Em conformidade com esta obrigação, o artigo 102.º da Lei 23/2014 estabelece que, se a pessoa condenada não for residente legal e habitual em Espanha, o Tribunal Penal Central, que recebe o pedido de consentimento para que a decisão de liberdade condicional seja enviada para a autoridade de emissão, só pode dar o consentimento se forem preenchidas as condições consagradas no artigo 101.º, n.º 2, alínea b). Por sua vez, esta disposição prevê que as decisões de liberdade condicional só possam ser reconhecidas nos casos em que, apesar de a pessoa condenada não ser residente legal ou habitual em Espanha, os seus ascendentes, descendentes, irmãos ou cônjuge, ou uma pessoa com a qual mantenha uma relação de natureza análoga, tenham residido legal e habitualmente em Espanha durante pelo menos cinco anos, com a condição adicional de a pessoa condenada ter conseguido um contrato de trabalho em Espanha, ou ter solicitado que a decisão de liberdade condicional seja executada neste país.

- O artigo 14.º, n.º 6, da Decisão-Quadro permite aos Estados-Membros declarar as condições em que podem recusar assumir a responsabilidade de adotar determinadas decisões subsequentes quando atuam como Estado de execução. A este respeito, por força do artigo 106.º, n.º 1, da Lei 23/2014, Espanha declara que a autoridade de emissão, e não o Tribunal espanhol responsável pela execução, é competente para tomar decisões subsequentes quando se trate de qualquer dos três cenários descritos no artigo 14.º, n.º 3, da Decisão-Quadro.

IV. Decisão-Quadro 2009/829/JAI do Conselho, de 23 de outubro de 2009, relativa à aplicação, entre os Estados-Membros da União Europeia, do princípio do reconhecimento mútuo às decisões sobre medidas de controlo, em alternativa à prisão preventiva

- Em conformidade com o artigo 27.º, n.º 2, da Decisão-Quadro, informamos que estas obrigações foram cumpridas no âmbito do título V da Lei 23/2014.
- Cumprindo a obrigação de informar sobre as autoridades competentes em conformidade com o artigo 6.º, n.º 1 da Decisão-Quadro, informamos que, com base no artigo 111.º da Lei 23/2014, as autoridades competentes para emitir uma decisão sobre as medidas alternativas à prisão preventiva são os juízes ou tribunais que pronunciaram a decisão de conceder liberdade provisória à pessoa em causa durante o processo penal. Por outro lado, as autoridades competentes para reconhecer e executar uma decisão sobre medidas alternativas à prisão preventiva são os juízes de instrução ou os Juízes da Violência contra as Mulheres do lugar onde a pessoa em causa tenha fixado residência, consoante o tipo de delito para o qual estas autoridades tenham competência. Em conformidade com o artigo 7.º, n.º 3, da Decisão-Quadro e com o artigo 6.º, n.º 3, da Lei 23/2014, o Ministério da Justiça é a autoridade central para efeitos do artigo 7.º, n.º 1, da Decisão-Quadro.
- O artigo 8.º, n.º 2, da Decisão-Quadro obriga cada Estado-Membro a notificar quais as medidas de controlo adicionais que está preparado para fiscalizar. Informamos que, em conformidade com o artigo 110.º da Lei 23/2014, estamos preparados para assumir as seguintes obrigações de fiscalização adicionais:

- a) Inibição de exercer determinadas profissões ou atividades relacionadas com a infração alegadamente cometida.
 - b) Inibição de conduzir veículos a motor;
 - c) Obrigação de depositar uma quantia ou prestar outro tipo de garantia, o que pode ser efetuado num número especificado de prestações ou imediatamente de uma só vez;
 - d) Obrigação de se submeter a tratamento da toxicodependência ou tratamento da dependência;
 - e) Proibição de posse ou porte de armas ou outros objetos específicos relacionados com a infração cometida.
- O artigo 9.º, n.º 4, da Decisão-Quadro exige que os Estados-Membros declarem ao Secretariado-Geral do Conselho as condições em que as suas autoridades competentes podem, a pedido da pessoa condenada, consentir no envio para outro Estado-Membro (que não o Estado-Membro em que a pessoa condenada é residente habitual) de decisões sobre medidas de controlo.
 - Em conformidade com esta obrigação, o artigo 112.º da Lei 23/2014 prevê que o Juiz ou Tribunal competente envie a decisão sobre medidas alternativas à prisão preventiva à autoridade competente do Estado-Membro em que se verifique uma das seguintes circunstâncias:
 - a) A pessoa em causa é residente legal e habitual no Estado de execução e aceita regressar a esse Estado.
 - b) A pessoa em causa solicita ir para um Estado diferente daquele em que tem a sua residência habitual e a autoridade competente desse Estado aceita o pedido.
 - Por força do artigo 21.º, n.º 3, da Decisão-Quadro, Espanha notifica que se aplica o artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro do Conselho 2002/584/JAI, de 13 de junho de 2002, relativa ao mandado de detenção europeu e aos processos de entrega entre os Estados-Membros.

V. Diretiva 2011/99/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 13 de dezembro de 2011, relativa à decisão europeia de proteção

- Em conformidade com o artigo 21.º, n.ºs 1 e 2, da Diretiva, informamos que estas obrigações foram cumpridas no âmbito do título VI da Lei 23/2014.
- Em conformidade com as obrigações impostas pelo artigo 3.º, n.º 1, da Diretiva, informamos que para efeitos da Diretiva, as autoridades competentes para emitir e enviar uma decisão europeia de proteção são os juízes ou tribunais que presidem ao processo penal em que foi emitida a decisão de adoção da medida de proteção. Além disso, as autoridades competentes para reconhecer e executar a decisão europeia de proteção são o Juiz de Instrução ou os Juízes da Violência contra as Mulheres do lugar onde a vítima reside ou deseja residir, sem prejuízo do disposto no artigo 4.º. Contudo, se tiverem sido emitidas decisões de liberdade condicional ou medidas alternativas à prisão preventiva, o juiz ou tribunal que reconheceu e executou essas decisões é também competente para reconhecer e executar a decisão europeia de proteção.
- Em conformidade com o artigo 4.º, n.º 3, da Diretiva e de acordo com o artigo 6.º, n.º 3, da Lei 23/2014, o Ministério da Justiça é a autoridade central para efeitos do artigo 4.º, n.º 1, da Diretiva.

VI. Decisão-Quadro 2003/577/JAI do Conselho, de 22 de julho de 2003, relativa à execução na União Europeia das decisões de congelamento de bens ou de provas

- Em conformidade com o artigo 14.º, n.º 2, da Decisão-Quadro, informamos que estas obrigações foram cumpridas no âmbito do título VII da Lei 23/2014.

VII. Decisão-Quadro 2006/783/JAI do Conselho, de 6 de outubro de 2006, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às decisões de perda

- Em conformidade com o artigo 22.º, n.º 2, da Decisão-Quadro, informamos que estas obrigações foram cumpridas no âmbito do título VIII da Lei 23/2014.
- O artigo 3.º, n.º 1, da Decisão-Quadro exige que os Estados-Membros informem o Secretariado-Geral do Conselho sobre a autoridade competente para efeitos da Decisão-Quadro. Nos termos do artigo 158.º da Lei 23/2014, as autoridades responsáveis por emitir uma decisão de perda são os tribunais penais ou os juízes que presidem à execução das decisões em que o confisco de bens é imposto como consequência adicional. A autoridade competente para reconhecer e executar a decisão de perda é o tribunal penal do lugar onde se localiza qualquer dos bens a confiscar. Da alteração da localização dos bens não resulta a perda de competência do tribunal penal que ordenou o reconhecimento e a execução da decisão de perda enviada para Espanha. Se a certidão tiver sido emitida a respeito de diversos bens localizados em diferentes circunscrições, o tribunal penal que primeiro tiver recebido a certidão e em cuja circunscrição se localize pelo menos um dos bens é competente para presidir à perda dos restantes bens. Se a autoridade de emissão não conhecer a localização dos bens a confiscar, mas a certidão indicar o local de residência ou a sede social da pessoa a respeito de quem foi emitida a decisão, o tribunal penal desse lugar é competente, mesmo que se determine posteriormente que os bens se localizam numa circunscrição diferente ou que a pessoa se mudou. Se tiver sido emitida uma só certidão a respeito de diversas pessoas residentes em vários lugares diferentes em território espanhol, o tribunal penal que primeiro tiver recebido a certidão e em cuja circunscrição se localize pelo menos uma das residências ou sedes sociais é competente para presidir à perda ordenada a respeito das restantes pessoas referidas no certificado.
- Em conformidade com o artigo 7.º, n.º 5, da Decisão-Quadro e com o artigo 170.º, n.º 1, alínea b), da Lei 23/2014, o tribunal penal competente recusará reconhecer e executar decisões de perda emitidas ao abrigo dos poderes alargados de declaração de perda referidos no artigo 2.º, alínea d), subalínea iv), da Decisão-Quadro, se considerar que essa decisão é incompatível com os direitos e liberdades fundamentais consagrados na Constituição espanhola.

VIII. Decisão-Quadro 2005/214/JAI do Conselho, de 24 de fevereiro de 2005, relativa à aplicação do princípio do reconhecimento mútuo às sanções pecuniárias

- Em conformidade com o artigo 20.º, n.º 5, da Decisão-Quadro, informamos que estas obrigações foram cumpridas no âmbito do título IX da Lei 23/2014.
- Em conformidade com o artigo 2.º, n.º 1, da Decisão-Quadro, informamos que, de acordo com o artigo 174.º da Lei 23/2014, a autoridade competente para emitir uma decisão que imponha uma sanção pecuniária a uma pessoa singular ou coletiva que seja proprietária de bens ou receba rendimentos noutro Estado-Membro da União Europeia é o tribunal penal competente para executar essa decisão em Espanha., é

A autoridade competente para reconhecer e executar a decisão pela qual é imposta uma sanção pecuniária é:

- a) Em primeiro lugar, o tribunal penal do lugar onde a pessoa condenada tem residência habitual ou, no caso das pessoas coletivas, onde se localiza a sua sede social.
- b) Alternativamente, o tribunal penal do lugar onde se localizam os bens imóveis pertencentes à pessoa singular ou coletiva sujeita à sanção pecuniária.
- c) Finalmente, o tribunal penal do lugar onde se localiza em Espanha qualquer das fontes de rendimento da pessoa condenada.

Se uma destas circunstâncias deixar de se verificar como resultado da alteração da residência ou sede social da pessoa condenada, da venda dos bens imóveis ou da alteração das fontes de rendimento da pessoa condenada, isso não resultará na perda da competência do tribunal penal que ordenou o reconhecimento e a execução da decisão enviada para Espanha e pela qual é imposta uma sanção pecuniária.

Se uma só certidão se referir a diversas pessoas e se uma dessas pessoas cumprir um dos critérios definidos na presente secção, o tribunal penal competente pode assumir a responsabilidade pela execução da decisão a respeito de todas as pessoas condenadas, sem que seja necessário dividir a decisão pela qual é imposta uma sanção pecuniária pelo número de pessoas.

- Em conformidade com o artigo 2.º, n.º 2, da Decisão-Quadro e com o artigo 6.º, n.º 3, da Lei 23/2014, o Ministério da Justiça é a autoridade central responsável por auxiliar as autoridades judiciárias.

IX. Decisão-Quadro 2008/978/JAI do Conselho, de 18 de dezembro de 2008, relativa a um mandado europeu de obtenção de provas destinado à obtenção de objetos, documentos e dados para utilização no âmbito de processos penais

- Em conformidade com o artigo 23.º, n.º 2, da Decisão-Quadro, informamos que estas obrigações foram cumpridas no âmbito do título X da Lei 23/2014.
- Em conformidade com o artigo 3.º da Decisão-Quadro, o artigo 188.º da Lei 23/2014 prevê que em Espanha, as autoridades responsáveis pela emissão de mandados europeus de obtenção de provas são os juízes ou tribunais que presidem aos procedimentos que exijam a obtenção de documentos, objetos ou dados, bem como os procuradores-gerais que conduzam as investigações em que o mandado será utilizado.

O Ministério Público é também uma autoridade competente para reconhecer e executar mandados europeus de obtenção de provas, desde que possa obter os objetos, documentos ou dados sem adotar medidas que limitem os direitos fundamentais.

Caso contrário, se o Ministério Público considerar que deve recusar o reconhecimento ou a execução do mandado, a autoridade competente é o Juiz de Instrução do lugar onde se encontra qualquer um dos objetos, documentos ou dados que o mandado se destina a obter.

Da alteração da localização dos objetos, documentos ou dados não resulta a perda de competência do Ministério Público ou do Juiz de Instrução que ordenou o reconhecimento e a execução do mandado europeu de obtenção de provas enviado para Espanha.

Se a certidão tiver sido emitida a respeito de diversos objetos, documentos ou dados localizados em diferentes circunscrições, o Ministério Público ou, se for caso disso, o Juiz de Instrução, que primeiro tiver recebido a certidão e em cuja circunscrição se localize pelo menos um dos objetos, documentos ou dados é competente para presidir à obtenção dos restantes.

- Em conformidade com o artigo 8.º, n.º 2, da Decisão-Quadro e com o artigo 6.º, n.º 3, da Lei 23/2014, o Ministério da Justiça é a autoridade central responsável por auxiliar as autoridades judiciais.
- O artigo 23.º, n.º 3, da Decisão-Quadro exige que os Estados-Membros notifiquem por meio de uma declaração a sua eventual intenção de transporem para o seu direito interno os fundamentos de recusa de reconhecimento ou execução do mandado previstos no artigo 13.º, n.º 1, alínea f), da Decisão-Quadro. Por conseguinte, declaramos que ambos os fundamentos foram transpostos para a lei espanhola por meio dos artigos 32.º, n.º 3, e 198.º, n.º 1, alínea d), da Lei 23/2014.

X. Decisão-Quadro 2009/299/JAI do Conselho, de 26 de fevereiro de 2009, que altera as Decisões-Quadro 2002/584/JAI, 2005/214/JAI, 2006/783/JAI, 2008/909/JAI e 2008/947/JAI, e que reforça os direitos processuais das pessoas e promove a aplicação do princípio do reconhecimento mútuo no que se refere às decisões proferidas na ausência do arguido

- Em conformidade com o artigo 8.º, n.º 6, da Decisão-Quadro, informamos que estas obrigações foram cumpridas por meio dos artigos 33.º e 49.º da Lei 23/2014.
